

Em busca da "pax romana"

Vera Araújo,
em Roma *

Negociadores do Governo e da Renamo procuram em Roma a paz para Moçambique. Parecem ter indicações para não partir sem um acordo. Tarefa difícil. As suas reservas em elegantes hotéis romanos prolongam-se por dois meses.

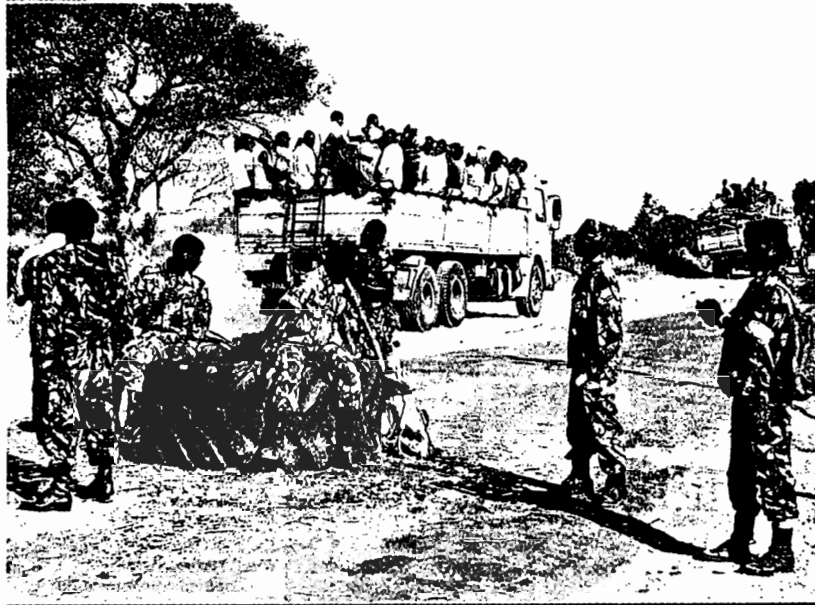
O Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, declarou ontem no Maputo que os negociadores governamentais às conversações de Roma com a Renamo, que hoje recomeçam, têm "instruções para tudo fazer de modo a que o diálogo (...) seja um sucesso".

O optimismo para esta ronda é contudo reservado. A Renamo já disse que não aceitará qualquer calendarização dos temas acordados nos contactos anteriores, o último dos quais em Dezembro.

D. Jaime Gonçalves, o arcebispo da Beira e peça-chave das negociações, declarou aliás ao PÚBLICO que se daria "por muito satisfeito se as partes concordarem nos assuntos em discussão".

As chamadas questões políticas são neste momento prioritárias. O movimento de Afonso Dhlakama, que prescinde de governos de coligação, exige a fiscalização internacional do cessar-fogo, a alteração da Constituição e a salvaguarda dos interesses dos seus combatentes após a formação de um Exército nacional.

LUIS VASCONCELOS



Dezasseis anos de guerra civil arruinaram Moçambique

Apesar de todas as dificuldades, os mediadores prometem que esta ronda será decisiva para a realização de eleições multipartidárias e para um definitivo cessar-fogo em todo o país. Tal como o Presidente Chissano sublinhou em relação à delegação governamental, também os representantes da Renamo parecem ter indicações para não deixar Roma sem obterem um acordo.

Vistas as dificuldades, a previsão é no mínimo de dois meses de trabalho, como comprovam as reservas de vários quartos para os negociadores em dois elegantes hotéis romanos.

Um longo processo

Muita água correu desde o dia 31 de Julho de 1989, quan-

do o quinto Congresso da Frelimo aceitou a mediação oferecida pelos Presidentes do Quênia, Daniel Arap Moi, e do Zimbábue, Robert Mugabe, com o apoio das igrejas moçambicanas, para alcançar a paz.

Quase dois anos depois, as negociações prosseguem num local e com protagonistas então impossíveis de prever para os congressistas reunidos em Maputo: um ex-convento de clausura, em Roma, sede da Comunidade Católica de Santo Egídio.

O processo de paz é negociado por delegações de alto nível, chefiadas por homens de primeiro plano em ambas as partes. Armando Emílio Guebuza, titular de um ministério estratégico do Governo de Maputo, o dos Transportes e Comunicações, e Raul Manuel Domingos, "ministro dos

Negócios Estrangeiros" e personalidade política e militar importante da Resistência Nacional Moçambicana.

O facto inédito, eficaz e peculiar destas negociações é a obra de mediação realizada não só por um Governo, como o italiano, que há anos é muito activo na ex-colónia portuguesa, mas por representantes de um movimento eclesial relativamente desconhecido.

Esta associação internacional de comunidades cristãs transformou-se no único interlocutor de todas as partes em guerra; depois do fracasso de várias tentativas importantes de mediação, desde Arap Moi e Mugabe. Foi assim que começaram, em Julho de 1990, em Roma, no velho mosteiro do bairro de Trastevere, as conversações de paz.

O primeiro comunicado conjunto assinado pelas delegações, a 10 de Julho, apresentava já elementos para superar as razões do conflito. As duas partes definiam-se reciprocamente pertencentes à família moçambicana, fazendo apelo à "moçambicanidade" reconhecida por Guebuza e Domingos como plataforma comum de diálogo.

No segundo encontro, em meados de Agosto, o impasse: o Governo e a Renamo não interromperam contudo as negociações. E chegaram assim à terceira ronda, a mais importante e longa. Entre 9 de Novembro e 1 de Dezembro as delegações encerraram-se nos salões de Santo Egídio, para preparar o primeiro acordo, que previa a abertura de dois grandes corredores desmilitarizados, na Beira e no Limpopo, em zonas estratégicas, para permitir a concentração e a retirada das tropas do Zimbábue presentes em Moçambique. O controlo da sua aplicação foi confiado a uma Comissão Internacional de Verificação, com sede em Maputo.

Mas a partir de Dezembro — apesar de um trabalho da Comissão unanimemente reconhecido como excelente — as duas delegações suspenam as conversações plenárias e perdem-se num emaranhado de acusações recíprocas de violação do cessar-fogo parcial.

Desembarçar esta teia e dar mais alguns passos em frente é a missão dos negociadores que hoje se sentam uma vez mais frente a frente. A única certeza parece ser a de que, como habitualmente, um sigilo absoluto rodeará os trabalhos. ■

com Teresa Lima,
no Maputo
e Fernando Dacosta